

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

## Senhores Acionistas,

A Administração da CEB Lajeado S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis acompanhadas dos relatórios dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

## Mensagem da Administração

O desempenho da CEB Lajeado S.A. em 2016 se mostrou adequado e suficiente frente aos compromissos assumidos pela Empresa. Embora o segmento de geração de energia hidráulica tenha sentido os efeitos danosos da escassez de chuvas e queda acentuada nos níveis dos principais reservatórios do país, a CEB Lajeado S.A. cumpriu, rigorosamente, com as obrigações legais do exercício, bem como com as metas fixadas pela Administração. Mesmo assim, o exercício foi caracterizado pelo forte impacto no caixa da Empresa em decorrência do alto custo do Contrato de Arrendamento dos ativos de geração da Usina. Diante desse fato, a CEB Lajeado S.A. concluiu estudos que apontaram a necessidade de revisão das condicionantes do referido instrumento contratual. Os entendimentos com o Investidor S.A., proprietária desses ativos, estão em curso e devem ser colocados em prática já a partir de 2017.

O ano de 2016 também foi marcado pelo expressivo recebimento das reservas de lucros retidas pela Investco S.A. ao longo dos anos, no montante de R\$ 23.387 mil e pela liquidação de todos os passivos financeiros com os acionistas da Empresa, referentes aos anos de 2012 e 2014. No total, a CEB Lajeado S.A. distribuiu R\$ 57.489 mil, nas formas de Dividendos, Juros Sobre Capital Próprio e Partes Beneficiárias. Para 2017, a Empresa manterá a mesma política adotada nos últimos dois anos, distribuindo, após a constituição das Reservas Legais e Estatutárias, a totalidade dos resultados alcançados.

Outro ponto de destaque foi a celebração de um acordo com a CEB Distribuição S.A. referente ao contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica. Apesar da maioria das faturas de venda de energia ter sido quitada, em alguns casos os pagamentos foram realizados fora dos prazos contratuais, o que acarretou, à comprador, a incidência de multas, juros e correção monetária. No final do exercício, três faturas permaneceram em aberto, todas referentes ao ano de 2015. O valor total negociado foi de R\$ 16.202 mil (referente a novembro de 2016), parcelados em 24 meses, nas mesmas condições estabelecidas no contrato em referência, com a primeira parcela vencendo em janeiro de 2017.

A Empresa  
A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e o Investco S.A. instituiu o denominado "Consórcio Lajeado", cujo objetivo é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do aproveitamento Hidroelétrico Luis Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos celebrados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de 16 de dezembro de 1997. A energia elétrica gerada pelo empreendimento é comercializada pelas Concessionárias, na proporção da participação de cada uma delas na formação do Consórcio Lajeado, conforme quadro a seguir:

Concessionárias	Quota
Lajeado Energia S.A.	72,27%
CEB Lajeado S.A.	19,80%
Paulista Lajeado Energia S.A.	6,93%
Investco S.A.	1,00%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Quase todo montante de energia da CEB Lajeado S.A. é comercializado com a CEB Distribuição S.A. por meio de um contrato bilateral de compra e venda de energia com vencimento em 15 de dezembro de 2032, prazo limite de suprimento previsto no contrato de concessão do empreendimento. À vista da questão jurídica vivenciada, esse contrato não mais alcança a totalidade do bloco de energia de titularidade da Empresa, conforme estratégia de hedge detalhada no item "Contexto Operacional" deste relatório. Mesmo com a redução no volume de venda anteriormente contratado, a manutenção desse instrumento significa garantia firme de receita até o final da concessão de produção independente da qual a CEB Lajeado S.A. é titular.

A receita da Empresa oriunda da venda de energia é complementada pelo rendimento de aplicações financeiras e pelos resultados provenientes da participação em uma Empresa Investidor S.A. detentora dos ativos de geração da Usina. Em 2016, a CEB Lajeado S.A. foi responsável pelo suprimento de 9,33% de toda a demanda de energia do Distrito Federal.

## Contexto Econômico-Financeiro

A economia brasileira viveu em 2016 mais um ano de recessão. Alado a um cenário de grave crise política e institucional que culminou, inclusive, com um processo de impeachment da presidente da república, diversos fatores contribuíram para a retração do mercado. Entre eles podemos destacar a queda da arrecadação, o aumento da previsão de déficit, a crise nas contas dos estados, o aumento dos juros para financiamento, e a queda na confiança dos investidores, entre outros.

Segundo a trajetória de queda anunciada em 2015, o Brasil registrou pelo segundo ano consecutivo, contração da economia. O PIB brasileiro encerrou 2016 com redução superior a 3% e taxa de inflação de 6,29%. No regime de metas de inflação adotado pelo Banco Central, com núcleo de 4,5% e teto de 6,5%, esse índice ficou dentro do teto da meta. Para 2017, o teto da meta de inflação é de 6%.

Por sua vez, o balanço comercial registrou o maior superávit já registrado em toda série histórica desde indicador. O resultado decorreu de uma queda menor nas exportações do que nas importações. Na comparação entre os dois últimos anos, as importações recuaram 20,1% enquanto as exportações caíram 3,5% na média diária.

Mesmo integrada a um ambiente de dificuldades e contratempos, a CEB Lajeado S.A. alcançou resultados empresariais satisfatórios, o que demonstra a robustez do conjunto de ações implantadas pela Administração da Companhia e a consistência na execução das estratégias comerciais da Organização.

## Questão Regulatória Relevante

Plano Sobre Perdas e Custo de Transmissão  
A CEB Lajeado S.A. por intermédio do escritório de advocacia Mukai Advogados Associados ajizuiu, em desfavor da ANEEL, em 2009, a Ação Ordinária nº 2009.34.00.008120.5, distribuída à 1ª Vara Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal. Tal iniciativa visa obter, na formação da tarifa homologada naquela Agência, tratamento isonômico às demais empresas do Consórcio Lajeado, por meio da homologação do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de suprimento celebrado entre a CEB Lajeado S.A. e a CEB Distribuição S.A. Por conseguinte, objetiva-se transferir à Distribuidora o ônus do uso da rede básica de transmissão no desempenho do citado Contrato de suprimento. Nessa ação, é pleiteada, ainda, a retroação dos efeitos à entrada em operação da Usina, ocorrida em 2001. Estima-se que o sucesso na disputa judicial poderá implicar créditos perante CEB Distribuição S.A., com valores superiores a R\$ 50,0 milhões.

Em 19 de outubro de 2011, o pedido foi julgado improcedente, tendo a CEB Lajeado S.A., em 15 de dezembro de 2011, interposto Recurso de Apelação, a fim de reformar a sentença e declarar nulo o ato que não homologou o referido Termo Aditivo e, consequentemente, compelir a ANEEL a efetuar a homologação do Aditivo. O processo foi distribuído à Quinta Turma do TRF da 1ª Região e aguarda julgamento.

## Contexto Operacional

## A Repactuação do Risco Hidrológico

O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é uma metodologia estritamente financeira que tem como objetivo o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os geradores quando se busca o melhor uso dos recursos hidroelétricos de toda malha do sistema interligado nacional. A redução do nível de contratação das geradoras sob sua garantia física gera menor exposição ao curto prazo.

Por outro lado, quanto maior o mecanismo de proteção utilizado pelas geradoras, maior a redução de sua receita. Diante dessa equação, cada gerador buscou definir o seu ponto de equilíbrio quando da estruturação de seus negócios. O GSF, Generation Scaling Factor ou Fator de Ajuste da garantia física, representa o percentual de energia hidráulica que todos os participantes do MRE geram em relação ao total da garantia física desse mecanismo.

Assim, quando as usinas estão gerando menos energia que o montante total de sua garantia física, significa que o GSF é inferior a 100%. Quando isso ocorre, a diferença é rateada entre todos os geradores hidroelétricos do MRE, nas proporções de suas garantias físicas, ocasionando, dependendo da situação de contratação de cada uma, uma necessidade de comprar energia no mercado de curto prazo.

Acontece que, desde janeiro de 2014, uma expressiva redução da geração das empresas foi verificada quando comparado com a garantia física total do sistema, retratando a situação hidrológica desfavorável dos últimos anos. Em decorrência desse quadro, iniciou-se um amplo debate setorial sobre o GSF ao longo de 2015, seja no âmbito administrativo, empresarial, legislativo, regulatório e judicial.

Nesse contexto, a Lei nº 13.203/2015 e a Resolução Normativa da ANEEL 684/2015 foram editadas a fim de mitigar os efeitos financeiros provenientes da aplicação do GSF para os geradores, estabelecendo novos critérios para repactuação do risco hidrológico. Em razão do ano de 2015 ter apresentado um elevado GSF, os efeitos financeiros para as geradoras foram reduzidos. Entretanto, a partir da publicação dessa lei, os geradores que optaram pela repactuação de seus respectivos riscos, passaram a compartilhá-la com os consumidores, mediante o pagamento de um determinado "prêmio".

A CEB Lajeado S.A. foi uma das primeiras empresas a judicializar a matéria visando obtenção de liminares judiciais para restringir o limite do GSF e o efeito do rateio da inadimplência dos demais agentes na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Isto porque a judicialização por associações e algumas geradoras gerou uma "reação defensiva" dos demais agentes, haja vista os elevados custos de rateio da conta de terceiros (a celebração do acordo pressupõe a destinação desses processos judiciais).

A Empresa optou pela repactuação do risco, e na avaliação dos produtos disponíveis, considerou os seguintes aspectos: perfil de comercialização da Usina para os ambientes ACR – Ambiente de Contratação Regulada e ACL – Ambiente de Contratação Livre; estratégia de hedge; previsões de descontratação; simulações energéticas, estudos de viabilidade econômico-financeira (VPL por tipo de produto), análise do impacto contábil; duração dos contratos de concessão, custo do prêmio de risco, análise jurídica, riscos adicionais de contratação de energia de reserva, subsídios do PLD e aquisição de energia secundária, dentre outros. A repactuação do risco hidrológico reduziu, substancialmente, os efeitos financeiros negativos para as companhias nos contratos de baixa hidraulicidade verificados em 2014, 2015 e 2016. Parte desse risco foi transferido para os consumidores a partir de janeiro de 2015 (retroativamente), mediante o pagamento de um "prêmio" pela companhia para cada faixa de proteção escolhida.

Concomitantemente com essa medida, a CEB Lajeado S.A. manteve, em 2016, aproximadamente, 10% da sua energia sendo liquidada no mercado de curto prazo. É oportuno destacar que essa estratégia comercial também foi empregada em 2015. Embora a receita da Empresa tenha sido levemente afetada em razão dessa medida, o custo evitado com a aquisição de energia no mercado de curto prazo compensado, significativamente, a queda no seu faturamento anual. O volume descontratado, mesmo sem ser comercializado, serviu como uma espécie de hedge para compor o déficit na geração de energia e, consequentemente, o cumprimento do contrato bilateral com a CEB Distribuição S.A. Devido às características dinâmicas do mercado, esse bloco de energia é monitorado mensalmente, com estudos atualizados que indicam qual o melhor caminho a ser adotado: a manutenção do quadro atual ou a celebração de contrato no ambiente de contratação livre.

Os quadros a seguir mostram de forma clara os impactos positivos em relação às medidas adotadas:

• Sem redução e sem repactuação do montante de energia contratada:

Mecanismo de Realocação de Energia	-3.496
<b> Mercado de Curto Prazo</b>	<b>-12.772</b>
<b> Saldo</b>	<b>-16.268</b>
	<b>(Valores em R\$ Mil)</b>

• Com redução e sem repactuação do montante de energia contratada:

Mecanismo de Realocação de Energia	-3.496
<b> Mercado de Curto Prazo</b>	<b>-4.123</b>
<b> Saldo</b>	<b>-7.619</b>
	<b>(Valores em R\$ Mil)</b>

• Com redução e com repactuação do montante de energia contratada:

Mecanismo de Realocação de Energia	-3.496
<b> Mercado de Curto Prazo</b>	<b>2.718</b>
<b> Saldo</b>	<b>-778</b>
	<b>(Valores em R\$ Mil)</b>

## Gestão Econômico-Financeira

A CEB Lajeado S.A., na condição de Empresa estatal do Distrito Federal, tem seu orçamento elaborado em estricta obediência à legislação distrital e, na estrutura orçamentária do Governo do Distrito Federal, a Empresa integra o programa "Energia" para o Desenvolvimento e Descontaminação de Recursos Hídricos.

A execução orçamentária da Empresa mostrou-se bem próxima da previsão na maioria de suas ações, atingindo a média de 85,9% de sua realização. As poucas interferências que ocorreram visaram adequar a arrecadação extra da Companhia em 2016 por meio de suplementação e remanejamento de recursos.

Os principais componentes da conta de custeio da CEB Lajeado S.A. foram: Arrendamento – 51,04%; Impostos e taxas – 20,99%; Operações com energia elétrica – 14,08%; Encargos de uso da rede de transmissão – 10,09%; Compensação financeira – Recursos hídricos – 3,45%; e PMSO 3,8%. O gráfico a seguir ilustra, em valores monetários, o mesmo conjunto de despesas:

## Custos e despesas operacionais



O valor anual do arrendamento é projetado com base na remuneração de 8,83% sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada. O resultado encontrado é corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Decorrido o período da projeção, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste – CA, cujo objetivo é ajustar os valores projetados aos efetivamente incorridos no período. A CEB Lajeado S.A. responde por 20% dessa despesa.

É importante ressaltar, conforme já mencionado na Mensagem da Administração, o estudo em curso na Investco S.A. relativo à proposta de alteração de algumas cláusulas do contrato de arrendamento que, se aprovadas, trarão para a CEB Lajeado S.A. e demais empresas que detêm o controle acionário da Investco S.A., melhores resultados econômico-financeiros.

No exercício de 2016, a CEB Lajeado S.A. obteve um lucro bruto de R\$ 39.202 mil que proporcionará a distribuição de R\$ 16.670 mil de juros sobre capital próprio e partes beneficiárias. A título de dividendos, o valor de R\$ 18.518 mil ficará à disposição da Assembleia Geral Ordinária – AGO, a realizar-se até o mês de abril de 2017.

O Ebitda (Lucro antes das despesas financeiras, do imposto de renda, da contribuição social sobre lucros e das depreciações e amortizações) de 2016 foi de R\$ 53.336 mil, com margem de 44,91%.

## Relacionamento Institucional

A CEB Lajeado S.A. mantém estreito relacionamento com diversos órgãos, tais como a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; Operador Nacional do Sistema – ONS; Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Ministério de Minas e Energia – MME; Associações de Classe; Fundações; e Concessionárias em geral, e atua em conformidade com a legislação vigente, na busca de qualidade e transparência nas suas decisões, de forma a contribuir para o melhor desempenho do setor elétrico brasileiro e, consequentemente, garantir maior geração de riqueza para os acionistas da Empresa.

## Força de Trabalho

A CEB Lajeado S.A., atenta em corresponder às expectativas do Controlador e no intuito de atingir suas metas empresariais, tem procurado focar as relações de trabalho na valorização, no respeito e no desenvolvimento humano e, para isso, conta com uma força de trabalho composta de 7 profissionais.

A seguir, detalha-se o quadro de pessoal da Empresa:

COLABORADORES	
Quadro próprio	-
Comissionados, sem vínculo efetivo	5
Contratados terceirizados	-
Requisitados da CEB Distribuição S.A.	2
Estagiários	-
<b>Total geral (Força de trabalho)</b>	<b>7</b>

## Gestão Administrativa

A Diretoria da CEB Lajeado S.A. tem focado suas ações na eficiência empresarial e na valorização dos seus recursos humanos. De forma transparente e com ferramentas que valorizam a liderança, a participação, a motivação e a criatividade, cada servidor contribui de forma sistêmica na solução e no aperfeiçoamento dos processos organizacionais. Em um ambiente saudável e harmonioso, as virtudes profissionais dos servidores são potencializadas, a fim de que esses possam contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos propostos no Plano de Negócio da Empresa.

Entre as ações desenvolvidas no exercício de 2016, destacam-se:

- Renovação e licitação de contratos administrativos, de natureza contínua;
- Adesão à Repactuação do Risco Hidrológico;
- Elaboração de estudo detalhado sobre as bases do Contrato de Arrendamento dos ativos da Usina;
- Gerenciamento e fiscalização das receitas investidas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); e
- Distribuição total dos resultados de 2015 e dos saldos retidos dos exercícios de 2012 e 2014.

## Perspectivas e Planos Futuros

A CEB Lajeado S.A. para continuidade às ações em curso e concebidas no seu Plano de Negócio para o período de 2017 a 2021, visando maximizar os seus resultados empresariais. Dentre elas, destacamos:

- Definir estratégias comerciais a partir do bloco de energia descontratado, inclusive considerando a possibilidade de comercializá-lo no ambiente livre;
- Acompanhar o andamento da ação ordinária objeto do Processo nº 2009.34.00.008120.5, impletrada em desfavor da ANEEL, com vistas à obtenção de tratamento idêntico ao dispensado na mesma matéria às demais empresas do Consórcio Lajeado;
- Aperfeiçoar a gestão, disseminando culturas e valores de desenvolvimento humano;
- Manter a busca permanente da qualidade e da transparência nas decisões empresariais;
- Qualificar e aprimorar a força de trabalho; e
- Enviar esforços perante os sócios do Consórcio para implementação das novas bases do Contrato de Arrendamento propostas pela CEB Lajeado S.A., como forma de adequá-las às atuais condições de mercado.

## Agradecimentos

A Administração da CEB Lajeado S.A. agradece aos seus acionistas, à CEB Distribuição S.A., aos parceiros, fornecedores e instituições financeiras pela confiança que depositaram na Empresa durante o exercício de 2016 e, em especial, aos Conselhos de Administração e Fiscal e aos colaboradores pela dedicação, empenho e compromisso, orientado para o cumprimento dos objetivos empresariais, com vistas à contribuir para tornar a Empresa uma referência de eficiência na geração de resultados para os seus acionistas e para a sociedade do Distrito Federal.

Brasília, 31 de dezembro de 2016.

A Administração

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselhos de Administração e Diretoria da

## CEB LAJEADO S.A.

## Opinião

Examinamos as Demonstrações financeiras da CEB Lajeado, S.A. ("Companhia" ou "CEBLajeado"), que compreendem o Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas Demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa Opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Lajeado S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

## Ênfases

Sem modificar a nossa Opinião, chamamos a atenção para os seguintes assuntos:

- 1) A Nota explicativa 1.3 menciona que a CEBLajeado possui contrato de venda de Energia exclusivamente para a CEB Distribuição, empresa do mesmo grupo econômico, que foi renovado até o final da Concessão da CEBLajeado em 15 de dezembro de 2032. Por outro lado, os bens da usina, necessários à geração de energia, foram arrendados à CEBLajeado pela companhia coligada, de capital aberto, a Investco. Como consequência dessas operações entre empresas do mesmo grupo econômico, as demonstrações financeiras em anexo devem ser analisadas neste contexto.
- 2) Conforme mencionado na Nota explicativa 34, o Governo do Distrito Federal publicou em 21 de dezembro de 2015 a Lei 5.577 que autoriza a venda de sua participação na CEB Lajeado S.A., onde detém 100% das ações ordinárias. Essa participação é feita através da Companhia Energética de Brasília – CEB. Neste momento, é impossível determinar os efeitos futuros dessa possível alteração de controle nas Demonstrações financeiras da Companhia, caso ela realmente aconteça.

## Outros assuntos

1) A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa Opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as Demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa Opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às Demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, o assunto descrito no tópico "Ênfases" supra também é aplicável à essa Demonstração.

2) As Demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas em forma de responsabilidade, foram examinadas por nós e sobre as quais emitimos relatório datado de 9 de março de 2016 sem ressalvas, mas contendo parágrafos de Ênfases sobre:

- i) Ao mesmo assunto descrito no item i) tópico de "Ênfases" supra;
- ii) a repactuação do risco hidrológico e os seus efeitos nas Demonstrações financeiras do exercício findo naquela data, cujos efeitos já foram refletidos nas Demonstrações financeiras; e
- iii) ao custo adicional previsto pela Resolução CNPE 03/2013, conforme divulgado na Nota explicativa 27.2.a). Em 2016, este assunto deixou de ser relevante.

## Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da CEBLajeado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa Opinião sobre as Demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideráveis relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia.

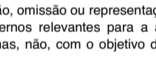
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e desua coligada INVESTCO. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2017

Nexia Teixeira Auditores  
CRC MG 5.194



Domingos Xavier Teixeira  
Sócio e Diretor Executivo  
Controlador

CRC MG-14.105-0/S-S-DF-103

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2016			
CEB Lajeado S.A. Balanço Patrimonial			
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/16	31/12/15

ATIVO			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	3	15.733	15.869
Concessionários e permissionários	4	20.548	34.522
Impostos e contribuições a recuperar	5	9	2.973
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	6	8.360	6.051
Serviço em curso P&D	7	3.876	3.676
Repactuação do Risco Hidrológico	8	1.214	-
Outros créditos	10	6	-
		<b>49.746</b>	<b>63.091</b>

<b>Não Circulante</b>			
Realizável a Longo Prazo			
Concessionários e permissionários	4	8.199	-
Tributos diferidos	24	-	147
Titulos a receber - Investco S.A	9	1.134	1.137
Repactuação do Risco Hidrológico	8	13.658	16.086
Outros créditos	10	1.128	1.128
		<b>24.119</b>	<b>18.498</b>
Investimentos	11	201.658	215.817
Imobilizado		117	136
Intangível	12	94.190	100.077
		<b>320.084</b>	<b>334.528</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>369.830</b>	<b>397.619</b>

	Nota	31/12/16	31/12/15
--	------	----------	----------

PASSIVO			
<b>Circulante</b>			
Contas a pagar	13	6.275	5.458
Salários e encargos sociais	14	264	223
Obrigações tributárias	15	7.561	



dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras somente ao final do exercício e qualquer valor acima do mínimo obrigatório será mantido no Patrimônio líquido, em conta específica, até a deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas no ICPSC 08. As partes beneficiárias conferem aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro líquido do exercício apurado, observando-se o disposto na Lei 6.404/76 e será devida e paga na mesma data em que forem devidos e pagos os dividendos anuais ou juros sobre o capital próprio atribuídos aos acionistas da Companhia e o aumento do saldo é referente à parcela do ano de 2016. Em dezembro de 2016, a Companhia realizou o pagamento das partes beneficiárias dos anos de 2014 a 2015 no montante de R\$ 6.934 mil.

**17 – Pesquisa e desenvolvimento**

	31/12/16	31/12/15
Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	81	70
Ministério das Minas e Energia	40	35
Recursos em poder da empresa	5.008	4.414
<b>Total</b>	<b>5.129</b>	<b>4.519</b>

**18 – Outras obrigações**

	31/12/16	31/12/15
Taxa de fiscalização ANEEL	38	34
Compensação financeira utilização recursos hídricos	503	630
Outros credores	13	10
<b>Total</b>	<b>554</b>	<b>674</b>

**19 – Patrimônio líquido**

**19.1 - Capital social**

O capital social da CEBLajeado é de R\$145.656 mil, totalmente subscrito e integralizado, representado por 136.850.013 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 82.013.911 ações ordinárias e 54.836.102 ações preferenciais, divididas da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEB Holding	82.013.911	100	-	-	82.013.911	60
Eletrobrás	-	-	54.835.800	100	54.835.800	40
Amadeu Zamboni	-	-	300	-	300	-
Sérgio Feijão	-	-	2	-	2	-
<b>Total</b>	<b>82.013.911</b>	<b>100</b>	<b>54.836.102</b>	<b>100</b>	<b>136.850.013</b>	<b>100</b>

As ações têm direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos juros sobre capital próprio - JSCP pagos ou creditados aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

O Acordo de Acionistas celebrado entre a CEBLajeado e a Eletrobrás prevê:  
a) Distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio;  
b) Garantia de rendimento à Eletrobrás equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos;  
c) As ações preferenciais gozarão do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) superior ao atribuído a cada ação ordinária.

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no art. 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76, da seguinte forma:

- 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, da constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- uma parcela, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no art. 195 da Lei nº 6.404, de 1976;
- serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias e preferenciais, observado o disposto no art. 5º, Parágrafo 2º, do estatuto, 25% dos lucros líquidos, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da reserva legal; (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (Artigo 35, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e
- importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do art. 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76.
- No exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no art. 197 da Lei nº 6.404/76.

**19.2 – Reserva de capital**

Refere-se à alienação de 10.000 partes beneficiárias à Eletrobrás ao valor total de R\$ 151.225, títulos sem valor nominal, estabelecido pelo Estatuto Social com base no art. 46 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, que assegurarão à Eletrobrás uma participação de 10% nos lucros da Companhia. O prazo de vigência das partes beneficiárias será até o ano de 2032 (final da concessão), quando então a reserva de capital deverá ser convertida em ações preferenciais, de modo que represente 5,084% do capital social na ocasião.

**19.3 – Reserva de lucros**

O saldo é composto dos seguintes valores:

	31/12/16	31/12/15
Reserva legal	17.912	16.147
Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	-	10.963
Dividendos adicionais propostos	18.518	27.694
<b>Total</b>	<b>36.430</b>	<b>54.804</b>

**19.3.1 – Reserva legal**

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício social, conforme art. 193 da Lei 6.404/76 e suas alterações, na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, deixando a sua constituição de ser obrigatória quando o valor da reserva exceder a 20% do capital social. Essa reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social.

**19.3.2 – Reserva especial de dividendo obrigatório não distribuído**

A Reserva especial foi constituída em conformidade com art. 202 §4º e 5º da Lei 6.404/76 e suas alterações, que dispõem que o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social quando os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral Ordinária que tal distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia.

Os lucros não distribuídos nesta situação são registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, serão pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia. Em 2016, a Administração da Companhia realizou o pagamento do saldo existente nesta rubrica em 31 de dezembro de 2015, que é originário do ano de 2014, quando ocorreram desembolsos imprevistos de caixa em relação ao risco hidrológico que impediu a distribuição dos dividendos à época.

**19.3.3 – Dividendos adicionais propostos**

No exercício de 2015 foi realizada a constituição de R\$27.694 mil corresponde a valor acima do dividendo mínimo obrigatório. Este valor foi mantido no Patrimônio Líquido, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas no ICPSC 08. Em 2016, a Companhia transferiu o montante constituído conforme exposto acima para o passivo e realizou seu pagamento.

Em dezembro de 2016, a Administração destinou o valor de R\$ 18.518 mil para constituição da provisão de dividendos adicionais propostos, que é referente ao excesso sobre o dividendo mínimo obrigatório declarado ao final de 2016. Este valor será submetido à apreciação da Assembleia Geral Ordinária que aprovar a destinação do resultado do exercício de 2016.

**19.4 – Ajuste de avaliação patrimonial**

Refere-se à contabilização de reserva reflexa de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais na coligada Investco.

**19.5 – Destinação do lucro líquido do exercício**

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/16	31/12/15
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>35.283</b>	<b>43.888</b>
Reserva legal (1.765)	-	-
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>33.518</b>	<b>43.888</b>
<b>Remuneração:</b>		
Dividendo mínimo obrigatório	8.379	8.379
Dividendos adicionais propostos	25.139	25.139
<b>Total Bruto</b>	<b>33.518</b>	<b>33.518</b>
IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio (2.250)	-	-
<b>Total líquido do IRRF s/ JSCP</b>	<b>31.268</b>	<b>31.268</b>
<b>Remuneração total por ação:</b>	<b>0,2285</b>	<b>0,2285</b>

**20 – Receita operacional líquida**

	31/12/16	31/12/15
Venda de energia elétrica - CEB Distribuição S.A	130.213	121.343
Energia de curto prazo – CCEE	1.869	3.316
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>132.082</b>	<b>124.659</b>
PIS / COFINS (12.155)	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento (1.171)	-	-
<b>(-) Deduções da receita</b>	<b>(13.326)</b>	<b>(12.643)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>118.756</b>	<b>112.016</b>

**21 – Custo com energia elétrica e operação**

	31/12/16	31/12/15
Energia elétrica comprada para revenda	21.1	15.062
Arrendamento Investco S.A.	21.2	54.592
Custo uso do sistema de transmissão	10.790	10.532
Compensação financeira utilização de recursos hídricos	3.686	4.384
Prêmio de seguro - Repactuação do risco hidrológico	21.3	1.214
Taxa de fiscalização	461	414
Contribuição compulsória CCEE	78	92
<b>Total</b>	<b>85.883</b>	<b>55.653</b>

**21.1 - Energia elétrica comprada para revenda:** O valor se refere à compra de energia no mercado de curto prazo e energia imputada aos agentes de mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A redução desse custo foi consequência da Repactuação do Risco Hidrológico.

**21.2 - Arrendamento Investco S/A:** Despesa relativa ao arrendamento dos ativos da UHE Luis Eduardo Magalhães pertencentes à Investco, apurado conforme detalhado na nota explicativa 13.1. O aumento desse custo ocorreu por dois motivos: i) pelo ajuste da inflação estimada para o ano de 2015 ter sido inferior ao realizado e ii) pela projeção da inflação acima de 10% para o ano de 2016.

**21.3 – Prêmio de seguro – Repactuação do risco hidrológico:** O valor de R\$16.086 mil reconhecido em 2015 refere-se ao ressarcimento da energia adquirida neste ano como um benefício para as empresas que optaram pela repactuação do risco hidrológico. Este saldo está sendo utilizado para compensação do seguro instituído pela ANEEL como parte da transferência do risco após a repactuação.

**22 – Despesas gerais e administrativas**

	31/12/16	31/12/15
Pessoal	1.630	1.365
Serviços de terceiros	1.218	1.027
Aluguéis	-	58
Contribuição sindical patronal	52	48
Depreciação	19	20
Despesas diversas	7	22
<b>Total</b>	<b>2.926</b>	<b>2.540</b>

**23 – Resultado financeiro**

	31/12/16	31/12/15
<b>Despesas financeiras</b>		
Atualização financeira sobre operações no MCP (a)	(4.306)	(779)
Outras despesas financeiras	(295)	(224)
Ajuste a valor presente	(74)	(74)
Multa moratória	(270)	(2)
<b>Subtotal</b>	<b>(4.945)</b>	<b>(1.079)</b>
<b>Receita financeira</b>		
Receita financeira sobre aplicação financeira	1.143	1.100
Variação monetária sobre operações no MCP (a)	2.303	742
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Recebido	488	265
Juros e multas - Contas a receber	2.329	2.038
Outras receitas financeiras	120	1.004
Tributos sobre receitas financeiras	(1.149)	-
<b>Subtotal</b>	<b>5.234</b>	<b>5.149</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>289</b>	<b>4.070</b>

(a) Estes saldos são apurados no âmbito das operações da Companhia junto à CCEE, sobre as quais a Administração não possui qualquer gerência.

**24 – Imposto de renda e contribuição social**

	31/12/16		31/12/15	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Lucro Líquido antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>47.738</b>	<b>47.738</b>	<b>65.999</b>	<b>65.999</b>
<b>Adições permanentes</b>				
Juros sobre capital próprio - Coligadas	9.835	9.835	7.119	7.119
Amortização	5.887	5.887	5.887	5.887
Gratificação de diretores	41	41	37	37
AVP dividendos ações preferenciais	74	74	74	74
	<b>15.837</b>	<b>15.837</b>	<b>13.117</b>	<b>13.117</b>
<b>Exclusão/adições temporárias</b>				
Provisão MCP-CCEE	(688)	(688)	431	431
<b>Exclusões permanentes</b>				
Resultado equivalência patrimonial	(23.389)	(23.389)	(13.993)	(13.993)
Juros sobre capital próprio creditados	(15.000)	(15.000)	(14.000)	(14.000)
Receita de dividendos	(339)	(339)	(265)	(265)
AVP ações preferenciais	(70)	(70)	(65)	(65)
	<b>(38.798)</b>	<b>(38.798)</b>	<b>(28.323)</b>	<b>(28.323)</b>
<b>(=) Base de cálculo IRPJ e CSLL corrente</b>	<b>24.089</b>	<b>24.089</b>	<b>51.223</b>	<b>51.223</b>
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Adicional (lucro superior a R\$ 240 mil no período)	10%	-	10%	-
<b>Despesa IRPJ e CSLL</b>	<b>5.986</b>	<b>2.168</b>	<b>12.772</b>	<b>4.610</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>13%</b>	<b>9%</b>	<b>19%</b>	<b>7%</b>
<b>IRPJ e CSLL correntes</b>			<b>8.154</b>	<b>17.382</b>
<b>IRPJ e CSLL diferidos</b>			<b>381</b>	<b>(147)</b>

**25 – Remuneração dos administradores**

**Remuneração e encargos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria**  
O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no país, sendo 2 (dois) deles, e seus respectivos suplentes, eleitos pelos acionistas detentores da maioria das ações ordinárias da Companhia, e 1 (um) deles, e seu respectivo suplente, eleito pelos acionistas detentores da maioria das ações preferenciais da Companhia. A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração é fixada pela Assembleia Geral da CEBLajeado.

O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, é composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral da CEBLajeado, que fixará a respectiva remuneração, observado os limites legais.

A Diretoria composta por 3 (três) membros, residentes no país, sendo um Diretor Geral e um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, eleitos pelo Conselho de Administração. A remuneração dos membros é fixada pela Assembleia Geral. O valor total da remuneração paga no até 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 722 mil (R\$ 688 em 31 de dezembro de 2015).

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Remuneração	73	68	490
Gratificação	-	-	54
Encargos sociais	11	11	178
<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>79</b>	<b>722</b>
<b>Número de membros</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>

**26 – Partes relacionadas**

	Partes Relacionadas	Período Transação	Preço Praticado em MWh	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)
<b>Concessionárias</b>						
a) Venda bruta de energia elétrica	CEB DISTRIBUIÇÃO	27.11.01 a 15.12.32	177,66	21.313		130.213
b) Encargos sobre energia	CEB DISTRIBUIÇÃO			6.470		2.328
<b>Participação Societária</b>						
c) Título a receber	INVESTCO	21.07.01 a 15.01.33		1.134		487
d) Investimento	INVESTCO			201.658		23.389
e) Ágio Eletrobrás	ELETROBRAS			94.190		(5.887)
<b>Obrigações c/Acionistas</b>						
f) Partes beneficiárias	ELETROBRAS	31.12.16			3.920	(3.920)
<b>Contas a Pagar</b>						
g) Arrendamento	INVESTCO	21.07.01 a 15.01.33			5.013	(54.592)
h) Pessoal cedido	CEB DISTRIBUIÇÃO	01.01.16 a 31.12.16			73	

a) **Venda bruta de energia elétrica:** Representa os valores a receber vencidos e a vencer em 31 de dezembro de 2016 e os valores faturados em 2016 referentes ao contrato de compra e venda de energia com a CEB Distribuição mencionado na Nota explicativa 4.

b) **Encargos sobre energia:** Representa encargos a receber sobre a venda de energia à CEB Distribuição, em função dos atrasos nos pagamentos das parcelas pactuadas, apurados conforme critérios definidos contratualmente entre as partes, e o valor da atualização registrada no resultado do período.

c) **Títulos a receber:** Representa os valores a receber referentes às ações preferenciais classes "A" e "B" de emissão da coligada Investco, ajustada a valor justo, e o valor dos dividendos propostos pela Investco referente a estas ações, mencionado na Nota explicativa 9.

d) **Investimento:** Representa o saldo do investimento da CEBLajeado na Investco e a equivalência patrimonial do resultado da investida reconhecida no período, mencionado na Nota explicativa 11.

e) **Ágio Eletrobrás:** Representa o ágio gerado na operação de reestruturação societária ocorrida no exercício de 2005, detalhado na Nota explicativa 12, de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

f) **Partes beneficiárias:** Referem-se à partes beneficiárias a pagar ao Acionista Eletrobrás (Nota explicativa 16).

g) **Arrendamento:** Refere-se ao contrato de arrendamento celebrado entre CEBLajeado e Investco, conforme demonstrado na Nota explicativa 13.1.

h) **Pessoal cedido:** Representa os valores a pagar referentes aos empregados cedidos da CEB Distribuição. Os ressarcimentos dos custos dos salários, encargos e benefícios são realizados mensalmente até o final da cessão.

**27 – Passivos contingentes**

**27.1 – Contingências fiscais**

A Companhia possui processos administrativos de natureza fiscal, no valor principal de R\$3.620, cuja perda foi estimada como possível baseada na opinião de seus assessores jurídicos, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.